

## SEMÂNTICA E REPRESENTAÇÕES DO SENTIDO

**Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso**

Universidade Estadual de Campinas

### **Abstract**

In this paper we develop two kinds of reflections about the Portuguese sentence *O associado do sindicato é geralmente um antigo comerciário* (verbatim translation: “The member of the Union is generally a former clerk”), an instance of a construction that is frequently found in the data which served as the basis for the Project “Estudo da Gramática do Português Falado”, a countrywide research project that aims at describing the variety of Brazilian Portuguese used in urban settings. What turns such sentences into an interesting interpretation problem is the fact that the adverb *geralmente* is a quantifier over persons (the members of the union) instead of having its customary frequency reading. In the first part of the paper, we try to portray the kind of linguist that is puzzled by such phenomena. In doing so, we outline what are, in our opinion, the main commitments of formal semantics. In the second part of the paper, we discuss what semantic constraints are met when the quantifier reading of *geralmente* is triggered, and what kind of semantics is required to derive the two meanings of *geralmente* from a single lexical entry.

Quando recebemos o convite que resultou na elaboração deste trabalho<sup>1</sup>, respondemos que gostaríamos de escrever um texto até certo ponto irresponsável. Será precisamente esse o sentido geral desta exposição, e isso por dois motivos: em primeiro lugar, porque as coisas

Ilha do Desterro	Florianópolis	nº 47	p.169-216	jul./dez. 2004
------------------	---------------	-------	-----------	----------------

que temos a dizer não são novidade nenhuma; em segundo lugar porque toda a exposição está construída, praticamente, em torno de uma grande digressão. As coisas que diremos já não são novidade hoje. Elas o eram, talvez, no tempo em que se constituíram os principais programas de pós-graduação em lingüística do país, na década de 1970: nesse período era importante mostrar o interesse de uma disciplina que, onde existiu, se chamou “lógica e linguagem”. O fato é que muitos programas abdicaram de ministrar essa disciplina; em outros ela existe, mas trata de problemas bem mais complexos do que os que serão tratados nesta exposição.

Quando dizemos que nosso texto está construído em torno de uma digressão, queremos referir-nos ao seguinte: para dar uma amostra do que faz a semântica formal, pensamos, inicialmente, que poderia ser estimulante trocar idéias com lingüistas de outras orientações sobre um problema bastante localizado, o da interpretação de sentenças como:

- (1) O associado é geralmente um antigo comerciário.

Várias sentenças como essa foram encontradas num levantamento de ocorrências de advérbios feito há mais de dez anos durante a preparação de um texto destinado ao Projeto da Gramática do Português Falado; o que chama a atenção em sentenças como (1) é que o advérbio, que do ponto de vista distribucional se aplica disciplinadamente ao verbo, traz para o sentido geral da sentença determinações que estamos mais acostumados a encontrar nos quantificadores, e portanto nas expressões que gravitam em torno do núcleo dos sintagmas nominais. É o que chamaremos na seqüência desta exposição de “uso quantificacional” do advérbio, um uso que à primeira vista se opõe a outro em que *geralmente* exprime freqüência, como em (2):

- (2) a. Geralmente, quando vou ao Rio de Janeiro, vou de avião.  
b. Geralmente a polícia prende os ladrões num dia e solta no dia seguinte.

As intuições quanto a isso são fortes, como confirma a comparação de (1) com (3a, b):

- (3) a. A maioria dos associados são antigos comerciários.
- b. Muitos (dos) associados são antigos comerciários.

Especular sobre as condições em que uma palavra ligada ao verbo se interpreta do mesmo modo que os determinantes nominais nos parece, a nós, um prato cheio, mas essa não é certamente a grande preocupação da maioria dos lingüistas. Ao contrário, é quase certo que muita gente boa de outras tribos passaria batido por uma sentença como (1). Assim, a pergunta (4) evoca outras perguntas, como (5), (6) e (7), que são de outra natureza e possivelmente mais fundamentais:

- (4) como se interpreta a sentença (1)? o que há de estranho nessa interpretação?
- (5) quem percebe problemas em sentenças como (1)?
- (6) o que pressupõem as pessoas que se detêm em sentenças como (1)?
- (7) por que essas pessoas se sentem desafiadas por sentenças como (1)?

As perguntas (5), (6) e (7) mostram a necessidade de explicar o que conta num certo modo de fazer semântica. Nesta exposição, trataremos delas ao longo de um certo número de páginas – será essa nossa digressão. Se tudo der certo, ao final da “digressão” aqui anunciada, teremos conseguido construir um ponto de observação a partir do qual faz algum sentido deter-se na descrição de sentenças como (1) e na resposta da pergunta (4).

### 1. Quem repara em sentenças como (1)?

Quem repara em sentenças como (1) não é certamente o falante nativo, mas isso não conta muito, porque o falante nativo, embora disponha de uma capacidade notável para refletir sobre sua própria língua, raramente se detém em discussões metalingüísticas ou mesmo epilingüísticas: ao falante interessa normalmente chegar a interpretações que tenham interesse prático, e essas interpretações são obtidas ao cabo de um processo que, na maioria dos casos, fica implícito.

Como o falante nativo se comportam muitos lingüistas praticantes de disciplinas que tratam de questões de interpretação: assim, nossa sentença (1) não se habilita a nenhuma atenção especial nas várias linhas de análise de texto praticadas pelos literários, nem nas várias formas de análise do discurso que procuram analisar os enunciados contextualizando-os e situando-os ideologicamente.

Não devemos também esperar que (1) atraia os lingüistas que fazem lingüística textual ou os sintaticistas mais ortodoxos: um estudioso de lingüística textual diria, com razão, que tudo aquilo que possa haver de interessante nessa sentença se explica com uma boa análise da própria sentença; e um sintaticista chegaria no máximo a lembrar que os advérbios são uma classe de palavras bastante heterogênea, de modo que, para entender o que se passa com um determinado advérbio, é sempre recomendável sub-categorizar. Essas atitudes, no seu âmbito, são corretas. De passagem, foi uma tentativa de sub-categorizar os advérbios que nos levou a perceber que o *geralmente* de (1) tem uma função peculiar.

O interesse de uma sentença como (1) aparece quando o lingüista (que por definição estará sempre explicando o óbvio, ou seja, tentando reconstituir racionalmente os processos que o falante realiza de forma intuitiva e implícita) assume o compromisso de explicar seu sentido a partir de sua sintaxe e de seu léxico. Expliquemos os principais pressupostos e as principais condições desse “compromisso”.

Um dos pressupostos é que o léxico e as articulações sintáticas presentes no enunciado são o resultado de uma escolha, e contribuem

de maneira previsível para o sentido da sentença. Se o pressuposto é este, então o lingüista precisa ser capaz de dizer qual será a contribuição de cada item lexical em todos os contextos em que aparece, o mesmo valendo para cada uma das articulações sintáticas possíveis. Um bom termo para dizer tudo isso é *composicionalidade* ou *funcionalidade*; infelizmente *composicionalidade* confunde-se com (*análise*) *componencial*, que é outra coisa; e *funcionalidade*, que seria ainda mais exato, faz pensar em *funcionalismo*, que também é outra coisa.

Um segundo pressuposto é que o sentido final de uma sentença pode ser obtido mediante um cálculo: quando se recorre à idéia de cálculo fica estabelecido que o sentido de uma sentença terá que ser obtido ao final de uma série mais ou menos complexa de operações sobre símbolos; normalmente, essas operações são encaradas como a contraparte das operações sintáticas mediante as quais a sentença se estrutura; a este pressuposto corresponde a exigência de construir uma semântica que opere em paralelo com a sintaxe. Para caracterizar essa ligação da sintaxe com a semântica usa-se freqüentemente a idéia de interface, que por sua vez evoca a exigência de trabalhar com uma sintaxe que permita chegar a cálculos semânticos interessantes, e com uma semântica que esteja atenta às possíveis conseqüências dos fatos que a sintaxe detecta em seu âmbito próprio de análise.

Se a semântica tem que expressar o sentido que se atribui aos sintagmas e às sentenças, é preciso que seja capaz de dar boas traduções desses sintagmas ou sentenças. Em princípio, as traduções poderiam ser frases de qualquer linguagem significativa que dominemos bem, mas a experiência mostra que normalmente não é vantagem traduzir as frases da língua que queremos descrever em frases dessa mesma língua, ou mesmo em frases de outra língua natural. As línguas naturais são tipicamente ambíguas e pouco transparentes; utilizar um instrumento pouco confiável para explicar um objeto pouco confiável nos levaria a uma regressão infinita (quem sabe, passando pelo processo de semiose imaginado por Peirce), ou, mais banalmente, nos levaria à situação descrita na piada do fanhoso, que é politicamente incorreta mas nem por isso menos expressiva. Assim, muitos lingüistas

que quiseram falar de significação sentiram a necessidade de desenvolver algum tipo de metalinguagem supostamente isenta das imprecisões que comprometem as línguas naturais. Uma boa maneira de explicar as exigências que são feitas às metalinguagens assim utilizadas é que sejam capazes de “exibir o sentido”.

Na seqüência desta exposição, falaremos de algumas das tantas idéias cobertas pela exigência de que o sentido precisa ser “exibido” pela metalinguagem. Se tivermos sucesso nessa tarefa, deveríamos poder convencer nossos leitores de que sentenças como (1) chamam a atenção de um tipo de lingüista que sofre de uma deformação profissional muito particular: esse lingüista propõe-se como tarefa não apenas dar paráfrases ou pistas para a interpretação das sentenças que estuda, mas ainda 1) explicar “composicionalmente” como essa interpretação é calculada a partir das unidades lexicais e das construções sintáticas que intervêm na sentença; precisa além disso 2) registrar as diferentes interpretações por meio de fórmulas diferentes de uma metalinguagem explícita. Tudo isso configura, até certo ponto, uma escolha metodológica, mas é fato bem sabido que toda metodologia dá realce a certos problemas e põe outros em segundo plano; assim, para caracterizar de maneira um pouco mais completa a espécie de lingüistas que se interessam pela sentença (1), teremos que registrar também 3) que eles reagem com uma sensibilidade mórbida a certos fatos que deixam indiferentes o comum dos mortais.

Para mostrar tudo isso, servir-nos-emos sobretudo de exemplos. Alguns desses exemplos são clássicos na história da semântica, como é o caso da interpretação da relação sujeito-predicado ou da dupla interpretação das orações reflexivas; outros nem tanto. Deve ficar claro que a análise desses exemplos é o que mais conta a esta altura de nossa exposição. Apesar disso (ou talvez: precisamente por isso) convém adiar sua apresentação por alguns minutos, que serão dedicados a desfazer alguns possíveis equívocos sobre nossas intenções.

Um primeiro equívoco possível seria o de pensar que é nossa intenção fazer algum tipo de campanha em favor da semântica explíci-

ta. Engano. Não é nossa intenção recomendar nada a ninguém, queremos apenas mostrar que, diante de certos fatos de língua, um certo tipo de enfoque pode ser produtivo e desafiador.

Também não pretendemos sugerir que o enfoque aqui descrito é melhor por ser *de vanguarda* ou por ser *mais antigo*: em todos os tempos houve pessoas que lidaram com os problemas da significação de maneira intuitiva e outras que o fizeram de maneira formal; essas duas maneiras de pensar os fatos têm-se alimentado reciprocamente, o que levou, muitas vezes, a notáveis saltos de qualidade. Ao longo do tempo, sempre houve a preocupação por reconstruir como um cálculo os mecanismos de sentido sobre os quais havia intuições seguras; inversamente, a posição de vantagem criada pela reflexão formal proporcionou muitas vezes a possibilidade de desenvolver intuições novas e ricas que de outro modo não teriam sido possíveis. Esse *cimento dell'armonia e dell'invenzione* é um dos grandes motivos que percorrem longitudinalmente a história da disciplina semântica, e é precisamente isso que nos permite construir nossa exposição, em parte, como uma recuperação de exemplos clássicos.

Outro engano possível seria o de atribuir-nos a crença de que uma semântica explícita esgota os problemas da significação. Seria uma grande ingenuidade. As semânticas explícitas tratam apenas de sentido literal e, por definição, a interpretação dos enunciados reais não se esgota nunca no nível do literal. Todo falante normal domina mecanismos por meio dos quais cria e entende sentidos figurados, implícitos, indiretos - em suma, sentidos não literais - e esse é um fato tão óbvio para nós como para qualquer pessoa sensata. Mas, se estivermos corretos, o trabalho que produz os sentidos implícitos e figurados começa, logicamente falando, depois que o tipo de semântica por nós caracterizado já atuou, produzindo seus resultados. Esses resultados *semânticos* são o ponto onde começam as interpretações não literais; falar de interpretação sem considerá-los é uma forma de colocar o carro adiante dos bois.

## 2. A estrutura sujeito-predicado

Uma das tantas exigências reunidas na formulação genérica *exibir o sentido* é que as relações semânticas intuitivamente presentes entre dois enunciados quaisquer da língua objeto se traduzam na metalinguagem em semelhanças de forma. Isso quer dizer, por exemplo, que se duas sentenças A e B são parcialmente sinônimas, a metalinguagem deve ser capaz de associar a elas fórmulas A' e B' parcialmente idênticas; e se uma sentença B decorre intuitivamente de uma sentença A, então deve ser possível derivar B', a representação metalingüística de B, a partir de A', a representação metalingüística de A, mediante uma operação de cálculo. É aqui que entra nosso primeiro exemplo, relativo à relação sujeito-predicado.

Quem lançou o nome 'Semântica' como denominação de uma disciplina interessada em questões de significação foi Michel Bréal, professor de Saussure em Paris, na virada do século XIX para o século XX. Trabalhando na perspectiva historicista da época, Bréal interessava-se por questões relativas à mudança do significado, e seus estudos deram vida nova à pesquisa etimológica. Mas as especulações sobre a significação começaram bem antes disso. Muitas hipóteses de grande alcance semântico remontam à Grécia Antiga, e entre elas está uma teoria semântica da sentença que foi lançada nada menos que por Aristóteles e foi prestigiada até o final do século XIX.

O paradigma de sentença para Aristóteles eram exemplos como *Os atenienses são gregos*, *Os gregos são humanos*, isto é, exemplos constituídos de um sujeito, mais o verbo *ser*, mais um predicativo. Isso levava a entender a sentença como uma estrutura de três partes: um nome, um verbo de ligação e mais um nome. Basta, neste ponto, lembrar que, para Aristóteles, os nomes significavam idéias, e que o verbo *ser* estabelecia uma relação particular entre essas idéias (Aristóteles chamou essa relação de *aplicar-se*<sup>2</sup>, uma idéia *se aplica* a outra) para chegar ao entendimento de que o papel dessa unidade sintático-semântica que conhecemos como sentença é o de nos dizer que uma certa idéia (a que é expressa pelo predicativo) se aplica a outra idéia (a

que é expressa pelo sujeito). Interpretando a verdade como correspondência entre aquilo que dizem as sentenças e aquilo que observamos no mundo, chega-se à conclusão de que a sentença é verdadeira quando essa *aplicação* se confirma no mundo. A mesma concepção de sentença pode também ser expressa em termos de conjuntos: então, o sujeito indica um conjunto de indivíduos, o predicativo indica outro conjunto, e a sentença como um todo afirma que o conjunto de indivíduos designado pelo sujeito se inclui no conjunto de indivíduos designado pelo predicativo; a sentença é verdadeira quando isso efetivamente acontece.

Essa concepção de sentença era perfeitamente adequada à lógica de Aristóteles, que se fundamentava na inclusão de classes. Basta lembrar que a relação de inclusão é transitiva (se A se inclui em B e B se inclui em C, então A se inclui em C) para se obter uma explicação automática de como funcionam alguns tipos de silogismo. De fato, a transitividade da inclusão justifica a operação *elimine o termo médio* que, aplicada às premissas de (8), resulta automaticamente na conclusão esperada. Note-se que essa operação é inteiramente mecânica, isto é, pode ser feita sem perguntar qual é o sentido ou a carga psicológica associada às palavras grego, humano e mortal<sup>3</sup>:

(8)	Todo humano é mortal.	Todo B é A
	Todo grego é humano.	Todo C é B
	Todo grego é mortal.	Todo C é A

A teoria aristotélica da sentença foi ensinada e venerada por mais de 2000 anos: vem exposta com clareza exemplar na Lógica de Port Royal (século XVII) e está presente em inúmeros gramáticos sobre os quais os pensadores de Port Royal tiveram influência. Um desses gramáticos foi o português Jerônimo Soares Barbosa que, para realçar a importância do papel exercido pelo verbo de ligação naquela teoria, o chamou de *verbo substantivo*. Bem entendido, aos verbos substantivos ele opunha os *verbos adjetivos*, isto é, os verbos de ação: nestes últimos, o

papel de indicar inclusão entre classes e de relacionar idéias é menos visível, devido à presença concomitante de outras informações.<sup>4</sup>

Mas no século XIX, quando era divulgada por textos como o de Soares Barbosa, a representação aristotélica da sentença estava prestes a ser substituída por outra, e o motivo que levou ao seu abandono nos interessa aqui, pois foi nada mais nada menos que sua ineficiência como suporte para o cálculo de outras inferências, sua inaptidão para representar outros aspectos do sentido. De fato, certos raciocínios intuitivamente válidos, como (9),

- (9) Primeira premissa: Maria é mãe de Jesus.  
Segunda premissa: Jesus é o Salvador.

—————  
Conclusão Maria é mãe do Salvador.

não poderiam ser reduzidos a um cálculo mantendo-se para a sentença a representação semântica de Aristóteles e apelando para a operação de corte do termo médio. Como ficou dito, a representação de sentenças proposta por Aristóteles era “Nome + Verbo de ligação + Nome”, e isso obrigava a tratar *mãe de Jesus* e *mãe do Salvador* como segmentos fechados e indivisíveis, bloqueando a operação que viabilizaria o cálculo (“substitua a palavra *Jesus*, da primeira premissa, pela expressão *o Salvador*, que é declarada equivalente na segunda”). Foram provavelmente dificuldades dessa ordem que levaram os lógicos de Port Royal a pensar que nem sempre os raciocínios corretos podem ser representados como cálculos, e a qualificar seu trabalho como uma *Arte do Pensar*, e não como uma *ciência*.

Mas o cálculo acabou por revelar-se possível, pelo menos nesse caso. No final do século XIX o problema encontrou uma solução elegante quando o lógico alemão Gottlob Frege, idealizou uma nova concepção semântica da sentença baseada nos conceitos de função e argumento. Na nova concepção, o silogismo (9) passava a representar-se como em (10):

- (10) ...Ser-mãe-de... (Maria, Jesus)  
 ...ser... (Jesus, o Salvador)  
 -----  
 ...Ser- mãe-de... (Maria, o Salvador)

onde *ser mãe de* e *ser* (ou seja, *ser igual a*) são descritos como relações entre dois argumentos, e onde a possibilidade de obter a conclusão a partir das duas premissas é imediata<sup>5</sup>.

Frege tinha chegado a essa estrutura da sentença ao tentar dar conta de um emaranhado de problemas espinhosos, que incluíam, entre outros, o papel exercido pelas variáveis, o papel da quantificação e os condicionais. Estudando sentenças como:

(11) O quadrado de um número par é par.

(12) Se um número é par, seu quadrado é par.

ele tinha chegado à conclusão de que a melhor maneira de representar seu sentido consiste em considerá-las como um condicional sobre o qual se aplica uma quantificação, e no qual tanto o antecedente como o conseqüente contêm uma ocorrência de uma mesma variável. Essa estrutura não é imediatamente visível em (11)/(12), que são sentenças simples, mas pode ser perfeitamente recuperada em (13), e com clareza ainda maior em seu sinônimo (14), que é uma fórmula do cálculo de predicados:

(13) Para qualquer número  $x$  que se queira considerar, se  $x$  for par, o quadrado de  $x$  será par.

(14)  $(\forall x) ((x \text{ é par}) \rightarrow (x^2 \text{ é par}))$

Para construir interpretações como (13)/(14) é indispensável entender que tanto o antecedente como o conseqüente são estruturas que se assemelham a sentenças, exceto pelo fato de conter lacunas. Nascia as-

sim a noção fregeana de predicado; um predicado é uma estrutura incompleta que se transforma numa sentença quando suas lacunas são preenchidas por argumentos, ou são objeto de quantificação. É precisamente isso que acontece em (13)/(14), onde as lacunas que caracterizam as duas ocorrências do predicado *...é par* são preenchidas por uma mesma variável, e onde o quantificador universal opera sobre o condicional como um todo, a indicar que, para qualquer número que possamos imaginar, a verdade de que ele é par basta para que seu quadrado seja par. Recapitulando, ao tratar de condicionais, quantificação e variáveis, Frege deu pronta uma teoria em que a sentença é representada como a *saturação* de um predicado por um número previsível de argumentos: diante de raciocínios como (10), essa teoria é mais interessante do que a representação aristotélica de que vínhamos falando: dá conta daquele raciocínio de maneira quase imediata, bastando que seja permitido substituir no contexto em questão, um nome próprio por outro, que sabemos ser equivalente.

A maneira como Frege concebe a sentença exemplifica várias situações com as quais os semanticistas convivem corriqueiramente: em primeiro lugar, mostra que a *estrutura semântica* de uma sentença é às vezes bastante distinta de sua estrutura sintáticodistribucional; em segundo lugar, mostra que complicar as representações pode ser o preço necessário para dar conta de nossas intuições semânticas. Aqui, as intuições semânticas diziam respeito a possíveis inferências no contexto de um silogismo. O que tinha sido visto como um problema que estava fora do alcance da ciência e dependia do exercício da intuição passava a ser resolvido *cientificamente* mediante um novo modelo de cálculo.

### 3. A determinação do escopo das operações semânticas

Nem sempre, quando os semanticistas procuram desenvolver uma metalinguagem capaz de *exibir o sentido*, seu objetivo imediato é reduzir a um cálculo algum processo inferencial. Muitas vezes, a transparência semântica da metalinguagem é colocada a serviço de um pro-

pósito mais *modesto*, ligado à maneira como o sentido da sentença é construído a partir de seus elementos constituintes.

Essa situação se configura de maneira particularmente clara quando manipulamos operadores que definem um *escopo*. Aqui, entenderemos informalmente por escopo o conjunto de informações sobre as quais atua uma determinada operação semântica: acontece com certa frequência que uma operação semântica que percebemos estar presente em uma sentença se aplique de maneira ambígua a diferentes conjuntos de informações. Por exemplo, os jornais de grande circulação estão cheios de títulos e de lides como (15), e as anedotas contêm às vezes falas como (16):

(15) Testemunha reconhece assaltante de motorista morto no Aparecidinha.

(16) Estou com vontade de comer a Luísa Brunet de novo.<sup>6</sup>

Ao leitor atento não escapa que, em (15), a vítima do crime poderia ser tanto o motorista como o assaltante do motorista. A sentença é indiscutivelmente ambígua, mas a ambigüidade é, tudo somado, bastante *amigável*: se nos dispusermos a construir uma representação sintática de (15) com base em sua estrutura de constituintes, veremos que em algum ponto dessa representação um SN contém outro SN, e *morto no Aparecidinha* pode aplicar-se ao SN mais alto ou ao SN encaixado. Neste exemplo, e no da Luísa Brunet, falamos em ambigüidade *amigável* porque a aplicação do operador que nos interessa (seja ele *morto no Aparecidinha* ou *de novo*) se faz sobre estruturas superficiais facilmente identificáveis.

Nem sempre isso acontece. Na década de 1950, o filósofo Peter Geach descobriu algumas complicações inesperadas na sentença:

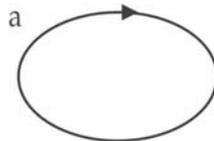
(17) Satanás tem piedade de si mesmo.

(17) é à primeira vista uma sentença sem graça, que nos diz que Satanás sofre de autocompaixão, ou, se preferirmos, que Satanás é ao mesmo tempo alvo e experienciador de uma atitude compassiva. As complicações aparecem tão logo acrescentemos a (17) o advérbio *somente*:

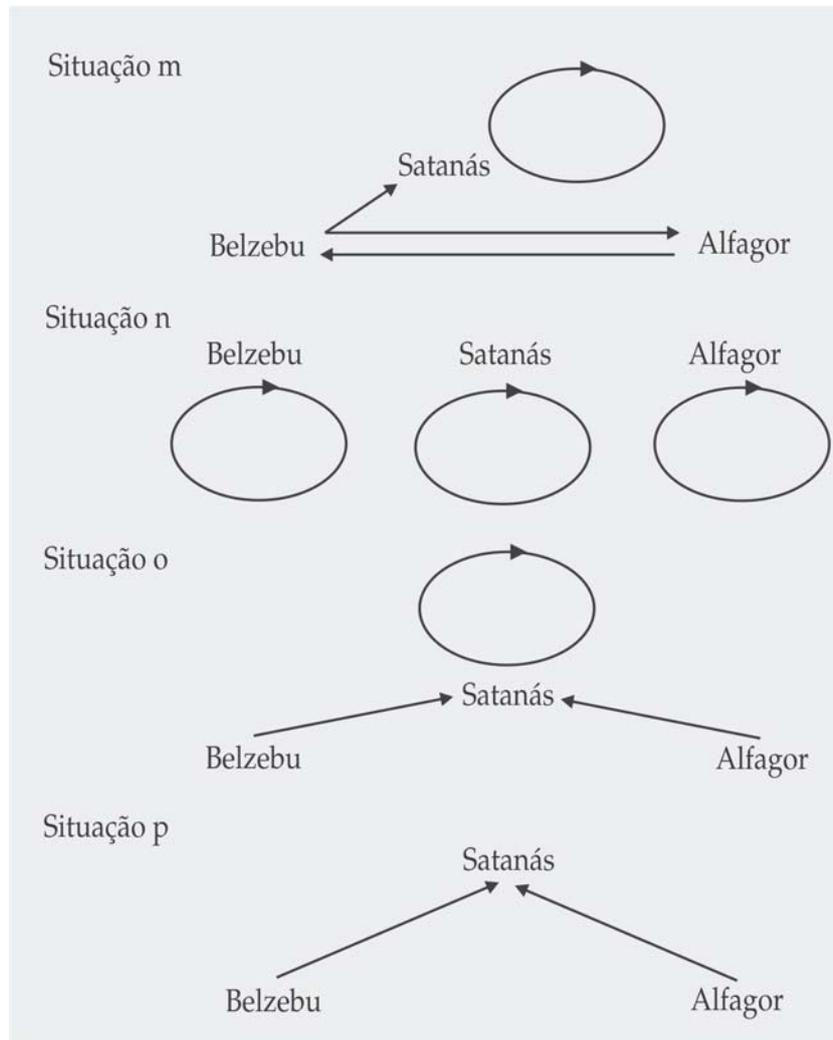
(18) Somente Satanás tem piedade de si mesmo.

Para explicar o que significa (18), bastaria, em princípio, reconhecer que o acréscimo de *somente* tem a função de excluir que o predicado gramatical *tem piedade de si mesmo* resulte numa sentença verdadeira quando é aplicado a qualquer outro sujeito que não Satanás.<sup>7</sup> Ao dar essa explicação, esbarra-se contudo num impasse, devido à dificuldade de decidir se (18) é verdadeira ou falsa em determinadas situações.

Para explicar em que consiste o problema, vamos considerar quatro situações em que diferentes indivíduos sentem piedade de si ou de outros, e para facilitar a representação das situações assim consideradas, vamos recorrer a fórmulas como “ $a \rightarrow b$ ”, para indicar que o indivíduo  $a$  sente piedade pelo indivíduo  $b$ . Obviamente, “ $a \rightarrow a$ ” ou, como preferimos representar,



significa que um mesmo indivíduo  $a$  tem piedade de si mesmo. Munidos desse mecanismo de representação, podemos agora apresentar como distintas as situações **m**, **n**, **o** e **p**, às quais serão referidas, a título de teste, as sentenças (17) e (18).



Referindo a essas situações as sentenças em questão, é relativamente simples emitir um juízo de verdade para a sentença (17): ela é uma boa descrição (ou seja, é verdadeira) para as situações **m**, **n** e **o**, em que uma seta parte de Satanás e chega em Satanás; é falsa em **p**, onde não há retorno de seta sobre Satanás. Em outras palavras, há um critério único e seguro para a verdade de (17) e esse critério é que haja uma seta

fechando um círculo sobre Satanás. Ou seja, (17) lida com as diferentes situações considerando apenas a figura de Satanás, ao passo que os demais diabos não contam.

O impasse aparece quando se tenta estabelecer as condições em que é verdadeira (18), a sentença com *somente*. Para interpretar essa sentença, não só temos que considerar ao mesmo tempo o que acontece com Satanás e com os outros indivíduos do mesmo universo, mas – problema mais grave – verifica-se que dois critérios são lembrados e competem entre si: (i) pelo primeiro desses critérios, (18) fica falsificada nas situações (como **n**) em que mais de uma seta *retorna* sobre o mesmo indivíduo; (ii) pelo segundo, ela fica falsificada nas situações (como **o**) em que mais de uma flecha aponta para Satanás. Pelo primeiro critério, dever-se-ia dizer que (18) é falsa na situação **n**, pois “há mais diabos, além de Satanás, que são autocompassivos”; pelo segundo, (18) é falsa em **o**, porque *há mais diabos, além de Satanás, que têm piedade de Satanás*.

Há, em suma, dois métodos distintos para decidir sobre a verdade de (18), isto é, (18) é ambígua. A diferença origina-se em duas diferentes maneiras de entender o predicado *ter piedade de si mesmo*, que é tomado ora numa interpretação *intrinsecamente reflexiva*, ora numa interpretação *ocasionalmente reflexiva*. Na primeira, *ter piedade de si mesmo* significa auto-compaixão: assim entendida, a sentença (18) predica que Satanás é o único indivíduo auto-compassivo, e será falsa para situações em que mais de um indivíduo o é (arcos fechados sobre mais indivíduos, além de Satanás); no segundo sentido, *ter piedade de si mesmo* equivale a ter piedade do indivíduo referido pelo sujeito, que é ocasionalmente Satanás; a sentença é verdadeira se e somente se predica que somente o próprio Satanás sente piedade por Satanás, e é falsa se mais indivíduos fizeram de Satanás o alvo de sua compaixão.

Para representar as duas diferentes interpretações do predicado *ter piedade de si mesmo* (ou de qualquer predicado reflexivo que admita uma leitura intrinsecamente reflexiva e outra ocasionalmente reflexiva) os semanticistas colocam-no em correspondência com duas

representações distintas, que se constroem mais facilmente recorrendo ao chamado *operador lambda*. Esse operador é definido pela equivalência a seguir, conhecida como *conversão lambda*:

$$(19) \text{ CONVERSÃO LAMBDA:} \\ P(a, b) = \text{def } \lambda x [P(x, b)](a)$$

e caracteriza-se como um operador que cria predicados (no sentido fregeano de *entidade não saturada*) a partir de enunciados completos. A função do operador lambda é indicar que uma posição foi esvaziada numa sentença completa, dando origem a um predicado; assim, supondo que “*P(a, b)*” seja tomada como abreviação para *Alfagor tem piedade de Belzebu*, “ $\lambda x [P(x, b)]$ ” vale pelo predicado *...tem piedade de Belzebu*, ou *... é alguém que tem piedade de Belzebu*.

Uma vez reconhecido que se podem criar predicados (no sentido acima lembrado) a partir de sentenças completas, e que o operador lambda exprime esse processo de criação de predicados, é fácil perceber que esse operador pode ou não ligar simultaneamente as duas posições próprias de um predicado de dois lugares; têm-se então para *Satanás tem piedade de si mesmo* duas possíveis representações:

$$(20) \lambda x [P(x, x)] (\text{Satanás})$$

$$(21) \lambda x [P(x, \text{Satanás})] (\text{Satanás})$$

Note-se que essas representações envolvem predicados diferentes:

$$(22) \lambda x [P(x, x)]$$

$$(23) \lambda x [P(x, \text{Satanás})]$$

Escolher (22) ou (23) é totalmente irrelevante para exibir o sentido de (17); mas torna-se crucial se quisermos manter a tese de que o advérbio *somente* restringe a aplicação do predicado ao indivíduo denotado pelo

sujeito da sentença. Neste caso, a escolha conta. Dando à (18) uma representação que inclui (22), estaremos falando de auto-compaixão; dando à (18) uma representação que inclui (23) estaremos falando de compaixão por Satanás.

Clássico em semântica, o exemplo do duplo sentido dos verbos reflexivos, mostra-nos a interação de duas operações semânticas: a singularização, expressa por *somente*, e a reflexivização do verbo; para representar essa interação, precisamos de uma representação bem diferente da que se exprime em termos dos constituintes sintático-distribucionais; confirma-se pois a vantagem de dispor de uma metalinguagem própria, uma linguagem que torne explícitas quaisquer relações sobre as quais a língua corrente não é clara.

#### 4. Operações semânticas e léxico

As operações semânticas que mencionamos até aqui são o correlato de relações sintáticas, como a relação sujeito/predicado ou a *modificação* do predicado (?) pelo advérbio *somente*. Isso não aconteceu por acaso: o tipo de semântica de que estamos tratando fez mais do que qualquer outro, em todos os tempos, para mostrar o enorme papel que a sintaxe desempenha na construção do sentido das sentenças, superando um velho preconceito segundo o qual só haveria significação no léxico, enquanto a sintaxe seria simplesmente uma espécie de argamassa que *junta* as palavras. Ora, diante dos exemplos que demos até aqui, alguém poderia perguntar onde e como entra o léxico na construção do sentido das sentenças.

A resposta é conhecida e até mesmo banal: o léxico fornece significados que são amalgamados pelas operações da sintaxe; palavras de classes morfossintáticas diferentes denotam entidades de tipos diferentes (indivíduos, classes de indivíduos, classes de pares de indivíduos, etc.); o modo como uma unidade lexical se encaixa no processo de amálgama varia em função da classe morfossintática a que pertence e da posição sintática que ocupa. Mas, além de um certo ponto, a resposta

não tem nada de banal, porque podemos encontrar no léxico um problema análogo ao que já exemplificamos: as informações dadas pela sintaxe distribucional e pelas descrições lexicais mais correntes não bastam, às vezes, para que possamos tornar explícito o cálculo da significação.

Para tornar mais concreta esta afirmação, vamos recorrer a mais dois exemplos. O primeiro desses exemplos decalca as análises lexicais que foram popularizadas na década de 1970 pela Semântica Gerativa, e refere-se ao verbo *matar*. Naquela época, chegou a ser mais ou menos consensual que uma sentença como (24) deveria ser analisada por meio de fórmulas como (25):

(24) x mata y

(25) (x faz algo) CAUSA (TORNA-SE (NÃO (VIVO y)))

onde o verbo *matar* é representado como uma construção em três níveis, correspondentes respectivamente aos predicados CAUSAR, TORNA-SE e (NÃO) VIVO, e é interpretado como uma relação de causa entre uma ação de x e o fato de que y passa à condição de não vivo.

O que justifica uma análise como (25) de preferência ao entendimento corrente de que *matar* é um verbo transitivo banal e único? Duas ordens de considerações, as primeiras de caráter paradigmático, as outras de caráter sintagmático.

Paradigmaticamente, fórmulas como (25) representavam um desenvolvimento da chamada análise componencial, uma doutrina segundo a qual a significação das palavras não é *atômica* ou indivisível, mas corresponde semanticamente a conglomerados de unidades mínimas, que reaparecem num número considerável de itens lexicais diferentes. É muito razoável admitir que “CAUSA”, “TORNA-SE”, “NÃO” e “VIVO” são traços desse tipo.

Assim, CAUSA estaria presente também no verbo *lembrar* de (26):

- (26) Priscila lembra a avó dela, pelo jeito de olhar.  
(= o modo como Priscila olha CAUSA que os outros se lembrem da avó dela)

TORNAR-SE, distinguiria os verbos transformativos como *apaixonar-se*, *congelar*, etc. dos estativos correspondentes, como *estar apaixonado*, *estar congelado*, etc. Nessa perspectiva o excesso de estrutura que aparentemente caracteriza (25) é compensado pela possibilidade de reencontrar os mesmos elementos de significação numa série ampla de itens lexicais da mesma língua, mostrando assim suas relações de sentido.

Por outro lado, a complexidade estrutural de (25) se revela oportuna quando se tenta explicar, sintagmaticamente, a interação do verbo *matar* com certos operadores, sendo exemplar o caso do advérbio *quase*. Veja-se (27):

- (27) Pedro quase matou Maria,

aplicado a verbos de ação, o *quase* indica que *algo esteve a ponto de acontecer mas não aconteceu* e é bem isso que se passa em *quase matou*, mas há pelo menos três maneiras de entender o que, exatamente, esteve a ponto de acontecer:

- (a) Pedro esteve a ponto de fazer (mas afinal não fez) algo que acarretaria direta ou indiretamente a morte de Maria.
- (b) Pedro fez algo que esteve a ponto de desencadear (nas não desencadeou) um processo que levaria Maria à morte.
- (c) Pedro fez algo que desencadeou um processo devido ao qual Maria esteve a ponto de passar desta para melhor (mas afinal Maria deu a volta por cima).<sup>8</sup>

Pode-se questionar se essas diferentes paráfrases constituem sentidos distintos e discretos de (27); alguns prefeririam talvez afirmar que o que muda são as situações, e que o sentido de (27) é um só, neutro

em relação a elas.<sup>9</sup> Mas é pelo menos tentador admitir que (27) nos leva a escolher entre aquelas três alternativas, e aceitar, nem que seja como hipótese de trabalho, que aquele *algo que esteve a ponto de acontecer, mas não aconteceu*, que identificamos como a significação própria de *quase*, diz respeito a diferentes *níveis* (predicados) da fórmula (25):

- (a) – “x FAZ algo”: Pedro esteve a ponto de fazer algo que... mas não fez
- (b) – “...CAUSA...”: a ação de Pedro esteve a ponto de causar... mas não causou
- (c) – “...TORNAR-SE (NÃO-VIVO)”: Maria esteve a ponto de perder a vida, mas não perdeu

Segundo essa análise, o operador *quase* aplica-se em diferentes níveis de construção; e com certeza seria impossível exibir esses diferentes níveis de aplicação se eles não aparecessem distintos na representação lexical adotada. Justifica-se assim, mais uma vez, pagar o preço de um *excesso de estrutura*.

A “moral da história” deste exemplo é que uma mesma operação pode aplicar-se em níveis diferentes. Se aceitarmos esta possibilidade para uma única palavra, é natural que a aceitemos também para diferentes palavras de uma mesma classe morfossintática. Dito de outro modo, devemos então estar preparados para admitir que nem todos os adjetivos se encaixam da mesma maneira na construção do sentido global da sentença, que nem todos os determinantes são absorvidos no cálculo do sentido geral da sentença pelo mesmo processo, e assim por diante. Como veremos, esse é o caso também dos advérbios, e ao falar de advérbios estamos preparando nossa volta ao caso da sentença (1). Vejamos, porém, o segundo exemplo, que também encerra uma “moral da história” a respeito de semântica e léxico.

Esse exemplo evoca uma polêmica célebre que envolveu dois importantes filólogos portugueses: Gonçalves Viana e Manuel de Paiva Boléo. A polêmica diz respeito a um dos mais notáveis “idiotismos” do

português: o uso diferenciado que o passado composto assumiu nesta língua nos últimos séculos. Contrariamente ao que acontece com seus análogos românicos, a forma *tenho vindo, tenho feito, tenho ficado* não exprime a idéia de passado próximo em português moderno; por exemplo, ela não seria uma boa tradução para o francês *je suis venu, j' ai fait, je suis resté*. No final do século XIX, impressionado com a singularidade dessa construção e querendo resumir o que pensava explicá-la em poucas palavras, Gonçalves Viana, numa fórmula simples e notável, dizendo que o passado composto tem um sentido geral de repetição. Algumas décadas mais tarde, Boléo polemizou com ele, afirmando que, em seu sentido mais profundo, o passado composto indica duração. Na realidade, o próprio Boléo mostrou que é possível encontrar no mesmo contexto ocorrências que indicam repetição e outras que indicam duração. É o caso de (28), uma quadrinha sobre a fidelidade dos amantes, que ficou célebre:

(28) À sombra do lindo céu  
 Jurei, tenho jurado  
 Não ter outros amores  
 Só a ti tenho amado.

A primeira tentação seria entrar na polêmica desses dois grandes nomes da filologia portuguesa e procurar argumentos para tomar partido. Mas hoje em dia, munidos que estamos de toda uma bateria de conceitos então inexistentes, relativos a aspecto e classe acional, temos condições de perceber que o passado composto indica repetição ou duração não por si só, enquanto forma ou perífrase, mas dependendo da classe acional à qual pertence o verbo nele conjugado: a aplicação da forma do passado composto ao verbo *jurar* (que é um verbo pontual) resulta em repetição; a aplicação da forma do passado composto ao verbo *amar* (que é um verbo estativo) resulta em duração. Então Viana e Boléo estavam ambos certos. Mas estavam também errados, porque, de certo modo, tinham formulado mal todo o problema: contrariamente ao que eles pensaram, não se trata de discutir qual seria a *essência* do

passado composto; trata-se de formular o papel do passado composto de modo tal que, aplicado a um verbo estativo resulte em duração, e aplicado a um verbo pontual, resulte em reiteração. Numa exposição como a nossa, que invoca a proteção de Frege, não custa lembrar que a arquitetura do problema do passado composto é, em última análise, a mesma da função matemática. Quando aplicamos a função  $( )^2$  aos números pares obtemos expressões que indicam números pares; quando aplicamos essa mesma função a números ímpares, as expressões resultantes indicam números ímpares. À semelhança do que acontece com o matemático, o semanticista tem interesse em conceber o passado composto como um molde, que poderá ser preenchido por verbos pontuais ou estativos, resultando em sentenças que exprimem duração ou reiteração. O problema todo, então, é formular o sentido dos verbos e o sentido do próprio passado composto de modo tal que a interpretação final possa ser alcançada mediante um cálculo. Não sabemos de alguém que, até o momento, tenha conseguido resolver o problema em termos satisfatórios segundo essa perspectiva, mas esperamos ter deixado claro que esse não era o problema de Viana e Boléo. Mal comparando, esses dois autores, a quem devemos análises bastante requintadas de sentenças no passado composto, estavam discutindo se a função  $( )^2$  tem um compromisso maior com os números ímpares ou com os números pares.

O caso do passado composto também tem uma moral da história: ele é emblemático dos quebra-cabeças que costumam atrair os semanticistas que reparam em sentenças como (1). Nesses quebra-cabeças, são normalmente conhecidos (em termos intuitivos) a interpretação final à qual queremos chegar e os fatores envolvidos; o desafio é formular uns e outros de modo que o caminho desde os elementos de partida até o ponto de chegada possa ser feito como uma série de operações sobre sinais. É um desafio desse tipo que torna interessante a sentença (1), e nosso próximo passo será voltar a ela. Antes, porém, precisamos pôr um pouco de ordem nas nossas idéias sobre semântica dos advérbios e dos adjuntos.

## 5. Semântica dos adjuntos adverbiais: o caminho das pedras

Herói de uma canção popular cheia de verdades evidentes, o senhor de La Palice fez seu ingresso triunfal na lingüística através do título de um livro do principal representante da Análise do Discurso francesa, Michel Pêcheux. Por que ele é lembrado aqui, neste momento? Porque ao entrar no assunto dos advérbios faremos aqui uma afirmação que o próprio M. de la Palice acharia intoleravelmente óbvia: todas as classes de palavras são altamente heterogêneas, e a dos advérbios é a heterogeneidade levada ao abuso. Aquilo que nos acostumamos a reconhecer como advérbios (ou como adjuntos adverbiais – para o que nos interessa aqui dá na mesma) é na verdade um conglomerado de sub-classes que pouco têm a ver entre si.

Alguns lingüistas que trabalharam sobre o português falado no passado recente tentaram pôr alguma ordem nesse caos: propuseram que os advérbios fossem organizados conforme reagem a dois grandes critérios: 1. o de terem ou não um papel de *predicados*; 2. o de tomar como escopo determinados constituintes sintáticos. (Ver Ilari et al., 2002). Essa classificação não está isenta de problemas, e é de toda maneira uma classificação nocional, não semântica.

Numa perspectiva mais estritamente semântica, há outras classificações mais interessantes, por exemplo a que se constrói nos capítulos finais de Chierchia (2003). Segundo essa classificação, existiriam ao todo seis tipos de modificadores adverbiais:

- Modificadores de atos lingüísticos, como o *felizmente* de (29):

(29) Felizmente, João não foi ao baile;

- Modificadores de sentenças, como o *provavelmente* de (30):

(30) João provavelmente sabe resolver esse problema;

- Modificadores *orientados* como o *propositalmente* de (31):

(31) João abraçou propositalmente Maria;

- Modificadores do sintagma verbal, como *lentamente* e *depois da chuva* em (32):

(32) João atravessou a rua lentamente, depois da chuva;

- Advérbios Quantificadores como o *geralmente* de (33):

(33) Os jogadores são geralmente desleais;

- Outros (é nesta última categoria que Chierchia inclui advérbios como somente...).

Essa classificação de Chierchia é estritamente semântica, mas não no sentido em que o eram as classificações de advérbios fornecidas pelas gramáticas tradicionais (que distinguiam diferentes circunstâncias de modo, tempo, lugar...): seu fundamento não é a natureza das informações trazidas pelos modificadores, mas sim a maneira como essas informações se combinam com as demais informações semânticas supridas pela sentença no cálculo da interpretação. A diferença entre esses tipos de adjuntos pode ser explicada de várias maneiras, e aqui, por razões de espaço, somos obrigados a optar por uma explicação superficial e intuitiva. Mas é melhor isso do que nada. Recapitulemos, pois, em termos intuitivos, as principais diferenças que opõem uns aos outros os advérbios da lista de exemplos (29)-(33): a principal distinção é a que separa o *felizmente* de (29), dos advérbios que aparecem nos demais exemplos: tem a ver com o fato de que esse advérbio não afeta o conteúdo da sentença assertada. Dito de outra maneira, essa ocorrência do advérbio *felizmente* fornece uma informação que não intervém no cálculo da interpretação do conteúdo proposicional da sentença, servindo na realidade para qualificar a própria asserção (*tenho a felicidade de assertar que...*). Todos os demais advérbios da série aplicam-se ao contrário a um conteúdo proposicional. O que conta para distinguir esses

advérbios é o modo como isso acontece: o *provavelmente* de (30) aplica-se ao conteúdo de “João sabe resolver esse problema” tratando-o como um todo (sua função é indicar que há mundos possíveis parecidos com o nosso em que esse conteúdo é verdadeiro); o *propositalmente* de (31) não qualifica o conteúdo proposicional em bloco; ao contrário, marca de um modo particular a atuação de um dos participantes, o João, ao qual atribui a iniciativa do abraço dado a Maria; o *lentamente* e o *depois da chuva* de (32) aplica-se não exatamente ao João, mas àquilo que, no conteúdo proposicional da sentença, poderíamos chamar de evento: o evento é no caso a travessia da rua, que é lenta e ocorre depois da chuva; o *geralmente* de (33), análogo ao *geralmente* de nosso exemplo (1), depende da presença de um contexto muito diferente (ao qual voltaremos daqui a pouco). Por fim, a separação de uma classe de outros ajuda a deixar claro que a classificação em cinco tipos de modificadores adverbiais não é exaustiva, pois deixa de fora muitos outros casos e, como não poderia deixar de ser, muitos outros problemas.

### **6. O tigre é por definição um felino, mas o infartado é geralmente um homem de 40 anos, fumante e com história de stress**

Podemos, finalmente, voltar à nossa sentença (1).

- (1) O associado é geralmente um antigo comerciário.

Como já frisamos, o que nos interessa nessa sentença é o caráter quantificacional do advérbio *geralmente*, que, no início desta exposição, procuramos ressaltar mediante paráfrases em que aparecem explicitamente quantificadores associados a nomes comuns:

- (3) a. A maioria dos associados são antigos comerciários.  
b. Muitos (dos) associados são antigos comerciários.

Não é difícil criar sentenças em que um advérbio desempenha as funções de quantificador, mas para que isso aconteça é preciso que um certo conjunto de condições sejam simultaneamente satisfeitas, e a formulação exata dessas condições é desafiadora. Elas dizem respeito simultaneamente: à escolha do próprio advérbio, ao verbo usado como cópula, e à interpretação do artigo que ocorre na expressão que funciona como sujeito. Começemos por este último.

### 6.1. A interpretação do artigo

Os sujeitos de sentenças como (1) são obrigatoriamente precedidos pelo artigo definido, que forma (com um substantivo comum, um adjetivo ou um particípio passado) uma daquelas expressões que os filósofos da linguagem e os semanticistas têm denominado *descrições definidas*, retomando o termo usado por Bertrand Russell para falar do sujeito da sentença *O rei da França é calvo*. Desde Frege até hoje, muitas teorias e classificações das descrições definidas foram apresentadas; aqui, nos referiremos à que foi proposta em Bonomi (1975), que vem resumida a seguir no quadro (34). Nessa classificação, que interessa aqui por sua grande clareza, distinguem-se para as descrições definidas dois usos singularizantes (o *referencial* e o *atributivo*), e dois usos generalizantes (o *categorial* e o *não-categorial*); a distinção entre o uso singularizante referencial e o uso singularizante atributivo nada mais é que a distinção de fundo pragmático que foi proposta por Keith Donnellan num artigo célebre de 1966. Os exemplos que incluímos no quadro (34) dispensam, a nosso ver, maiores explicações do próprio quadro e das distinções que ele pretende estabelecer. Mas é preciso ter em mente que, como instrumento para explicar a natureza das descrições definidas que entram em sentenças como (1), o quadro (34) é apenas um ponto de partida e deve ser utilizado com cuidado. Na sequência da exposição, seremos obrigados a esclarecer alguns de seus aspectos que não são imediatamente óbvios, e precisaremos ultrapassar o nível de detalhamento que o caracteriza.

(34)	referencial	“O diretor das organizações Globo gosta de cavalos” / imagine-se a frase pronunciada por um idoso que trabalhou na TV Globo, mas que, isolado do mundo há alguns anos, não soube da morte de Roberto Marinho.
singularizante	atributivo	“a pessoa que escreveu este relatório deve ter um romance pronto na gaveta” / imagine-se a frase pronunciada por José Américo de Almeida ao receber um relatório administrativo do prefeito de Palmeira dos Índios – esse relatório trazia a assinatura de um desconhecido, um tal de Graciliano Ramos.
generalizante	categorial	“o tigre é um mamífero”
	não-categorial	“o tigre vive na jãngal”

Seja como for, esse esquema nos permite estabelecer que o único valor da descrição definida que “licencia” o uso quantificacional do advérbio *geralmente* em sentenças como (1) é o uso generalizante de tipo não-categorial; é o que se depreende dos exemplos (35) a (41):

- (35) (?) O tigre é geralmente um felino. (gen / cat)
- (36) O lobo é geralmente domesticável. (gen / não-cat)
- (37) (?) O atual diretor das Organizações Globo é geralmente um jornalista. (sing / ref)
- (38) O diretor das grandes redes de televisão é geralmente um jornalista. (gen / não-cat)
- (39) (?) O tigre que estou criando é geralmente um felino. (sing / ref)

- (40) O tigre é geralmente um animal de hábitos noturnos.  
(gen / não-cat)
- (41) (?) O tigre que matou cinco pessoas nesta aldeia nunca foi visto por ninguém exceto as cinco vítimas. Ele é geralmente um animal de hábitos noturnos.  
(sing /atr)

De fato, (35), (37), (39) e (41) são anômalas, e (36), (38), (40), as sentenças normais em que se confirma a interpretação quantificacional de *geralmente*, são precisamente aquelas em que se faz uma afirmação generalizante, de caráter não-categorial.

É claro que, ao aplicar o quadro (34) na explicação das condições que tornam possível a leitura quantificacional de *geralmente*, encontramos um outro problema, o de saber o que distingue as várias interpretações que se distinguem naquele quadro. Essa é uma longa história que não tentaremos contar aqui. Contentamo-nos em lembrar que a distinção entre usos generalizantes e usos particularizantes é o tema de um clássico de Zeno Vendler, "Singular terms" (1967), que oferece para o problema uma explicação essencialmente contextual: o contexto lingüístico cria cadeias referenciais que partem de um termo singular primitivo (nome próprio ou pronome) e transmitem o caráter de termo singular às demais descrições à medida que elas vão sendo introduzidas no texto.

Quanto à distinção de dois tipos de descrições generalizantes, é óbvio que ela tem a ver com a relação semântica que se estabelece entre o sujeito e o predicado (por exemplo: tigre/felino, tigre/domesticável): alguns predicados trazem informações que, em certo sentido, já estavam implícitas no próprio sujeito, e descrevem um estado de coisas que não admitem exceção; outros trazem informações que não são inerentes à significação do sujeito e descrevem de maneira verídica estados de coisas que admitem numerosas exceções (por exemplo: não é sequer possível pensar num tigre que não seja um felino; ao contrário é quase certo que todos os ouvintes desta exposição tenham

visto seu primeiro tigre fora da jângal, em algum zoológico deste país sul-americano onde o tigre não é nativo). Em suma, quando falamos nas diferentes interpretações das descrições definidas, não pensamos essas interpretações como traços inerentes ao artigo definido ou ao SN ao qual pertence, mas como diferentes maneiras de predicar acerca desse SN.<sup>10</sup> Ou seja, ao aplicar às sentenças (35) a (41) as etiquetas do quadro (34), não estamos falando da descrição definida em si, mas do papel que ela exerce na sentença como um todo.

Com essas ressalvas, manteremos então a afirmação de que o uso quantificacional do advérbio tem como condição que a sentença exprima uma generalização de caráter não categorial. É o que a bibliografia chama de usos genéricos da descrição definida. Mas falar em genericidade não parece suficiente. É que nem todas as construções sintáticas que exprimem genericidade em português são compatíveis com o uso quantificacional do advérbio: por exemplo, basta comparar (36) com (42) e (38) com (43) para ver que o uso quantificacional de *geralmente* é compatível com a expressão da genericidade no plural:

- (36) O lobo é geralmente domesticável. (gen / não-cat)
- (42) Os lobos são geralmente domesticáveis.
- (38) O diretor das grandes redes de televisão é geralmente um jornalista. (gen / não-cat)
- (43) Os diretores das grandes redes de televisão são geralmente jornalistas.

mas a expressão do sentido quantificacional de *geralmente* com genéricos introduzidos pelo artigo indefinido, por quantificadores como *qualquer* ou *todo*, ou pelo nome sem determinantes é problemática:

- (44) (?) Lobo é geralmente domesticável. / (?) Corintiano é geralmente (um) fanático.

- (45) (?) Um lobo é geralmente domesticável. / (?) Um corintiano é geralmente (um) fanático.
- (46) (??) Qualquer lobo é geralmente domesticável. / (??) Qualquer corintiano é geralmente (um) fanático. etc.

Por que razão as várias formas de expressão do genérico não se equivalem nesse contexto? Não temos resposta para esta pergunta, mas pensamos, até segunda ordem, que isso não invalida nosso recurso à genericidade. Os exemplos (44) a (46) apontam antes para a necessidade de distinguir várias formas de genericidade, realizadas pelas várias construções. E com isso podemos manter que um certo tipo de genericidade, a ser melhor explicado, é condição necessária para a leitura que nos interessa.

É bom lembrar, neste ponto, que a genericidade é compatível com a dêixis, e não se restringe aos nomes contáveis:

- (47) A(s) batata(s) produzida(s) nesta região [dêitico] é (são) geralmente um produto de exportação.
- (48) Servido depois do almoço, o café [não contável] é geralmente um bom remédio contra a digestão péptica.
- (49) O vinho produzido nesta região [não contável e dêitico] é geralmente um produto de exportação.

Não é complicado reunir esses casos com os casos anteriormente estudados de contáveis não dêiticos: a idéia de que possamos fazer uma referência genérica a substâncias contínuas e classes em cuja definição entram indicações dêiticas não é rara na literatura (ver por exemplo Kleiber e Lazzaro, 1987) e também para esses genéricos *atípicos* vale a restrição ao uso categorial:

- (50) (??) O vinho produzido nesta região é geralmente uma bebida alcoólica.

Um pouco mais complicado (limitando-nos sempre aos casos em que *geralmente* tem uma interpretação quantificacional) é enquadrar os exemplos em que o sujeito da sentença é uma descrição definida com uso particularizante (ou mesmo um nome próprio):

- (51) a. O José Carlos é geralmente um adversário intransigente de toda mudança.  
b. Esse sócio é geralmente um entrave aos nossos projetos de expansão.

Uma maneira de fazê-lo é talvez imaginar que, nesses casos, o uso de *geralmente* nos obriga a pensar no José Carlos ou no colega em questão como uma seqüência de fragmentos temporais. Voltaremos a essa questão mais adiante.

### 6.2. O verbo de ligação

A propósito do verbo de ligação de sentenças como (1), duas observações ocorrem imediatamente: (a) esse verbo não precisa estar num tempo que exprima *verdades eternas*; (b) esse verbo não é obrigatoriamente o verbo *ser*:

- (52) O consumidor de cachaça já foi, geralmente, um indivíduo de baixa escolaridade da classe D. Hoje, é geralmente um universitário que ganha entre 5 e 20 salários mínimos.  
(53) O acidentado está geralmente em estado de choque.  
(54) O acidentado costuma estar em estado de choque.

Podemos, evidentemente, nos perguntar se os usos quantificacionais de *geralmente* são compatíveis com outros verbos que não os de ligação, e a resposta é sim, como mostram os próximos exemplos:

(55) Os caminhoneiros geralmente andam armados. (= a maioria deles anda...)

(56) O vendedor do plano do Baú da Felicidade geralmente nasceu na periferia. (a maioria dos vendedores do B.F...)

(57) O bandido que morre em tiroteio geralmente tem passagem prévia pela polícia. (a maioria dos bandidos que morrem em tiroteio têm...)

(58) A roupa de grife que veste a classe média foi geralmente costurada em pequenas oficinas ilegais da zona norte de S.Paulo. (A maior parte da roupa de grife que veste a classe média foi costurada...)

(59) O bandido envolvido com tráfico pesado de drogas geralmente morre antes dos 23. (A maioria dos bandidos envolvidos... morrem antes dos 23)

(60) O pintor de paredes geralmente bebe leite quando trabalha com tinta a óleo (A maioria dos pintores de paredes bebem leite quando... / mas também O pintor de parede, na maioria das ocasiões em que trabalha com tinta a óleo, bebe leite).

Todas essas sentenças admitem a interpretação *quantificacional* do advérbio, associada a um uso genérico do sujeito; algumas têm também uma outra interpretação, em que o sujeito é singularizante e referencial, mas esta última interpretação fica bloqueada quando o verbo indica uma ação pela qual o mesmo indivíduo não pode passar mais de uma vez (como em (56) e (57)).<sup>11</sup>

### 6.3. O advérbio

O último elemento a considerar para obter sentenças em que o advérbio exprime quantificação é a escolha do próprio advérbio. Até aqui, demos exemplos apenas com *geralmente*, mas há um certo número de outros advérbios em que a idéia de quantificação (eventualmente combinada com outras) está também presente e pode levar a uma interpretação quantificacional. Com essas ressalvas, parece correto indicar como possíveis advérbios quantificacionais, além de *geralmente*,

- outros advérbios que indicam freqüência: *às vezes, vez ou outra, sempre, freqüentemente, amiúde, ? ocasionalmente*
- advérbios que indicam regra ou hábito: *tipicamente, habitualmente, via de regra, normalmente*
- advérbios que indicam proporção: *majoritariamente*
- advérbios que indicam modalidade: *necessariamente*

Para todos esses advérbios, como de resto para *geralmente*, a interpretação quantificacional não é a única possível. Uma outra interpretação está sempre disponível, e é a que prevalece quando as condições do uso quantificacional não são satisfeitas:

- (61) Ele caminhou normalmente.
- (62) Hoje em dia, o indivíduo de nível universitário que perde o emprego por volta dos 40 anos é normalmente um executivo de multinacional.
- (63) O diretor do instituto é tipicamente um lingüista. Quando você falou com ele condenando o preconceito lingüístico, os olhos dele brilharam.
- (64) O diretor do instituto é tipicamente um lingüista. Somente uma vez em todos estes anos essa função foi/

tem sido exercida por um professor de literatura, e não deu muito certo.

### 7. As peças do quebra-cabeça e a montagem do quebra-cabeça

Podemos recapitular a discussão das últimas páginas dizendo que ela nos permitiu desenhar, ainda separadas, as peças do quebra-cabeça que aparece exemplificado em (1). São elas: 1) uma descrição definida, eventualmente ambígua, normalmente aberta a uma interpretação singularizante ou generalizante; 2) um verbo que predica do sujeito uma propriedade não inerente, não definitiva; 3) um advérbio que significa, talvez como seu sentido primário, repetição no tempo, mas aceita também uma interpretação não-temporal.

Dados esses fatores, e tendo clareza dos resultados a que queremos chegar, não é difícil imaginar como precisa funcionar, intuitivamente, o mecanismo que, juntando as peças do quebra-cabeça, determina o sentido de sentenças com a forma:

[SN]<sub>Descrição definida</sub> [... *geralmente* .....]<sub>SV</sub>

Esse mecanismo poderia, por exemplo, atuar através dos seguintes passos:

1. Ele tenta interpretar a expressão sujeito como uma descrição singularizante, e o predicado como o registro de um evento em que o sujeito pode envolver-se sucessivas vezes. Se a interpretação for aceitável, o advérbio recebe uma interpretação temporal;

2. Se for encontrado um referente singular para o sujeito, e o predicado não for compatível com a realização de eventos sucessivos do mesmo tipo, o mecanismo verifica a possibilidade de aplicar o predicado a segmentos temporais sucessivos do sujeito;

3. Se não for encontrado um sujeito singular, o dispositivo procura uma coleção de objetos, sejam eles partes de uma substância contínua,

ou os elementos pertencentes a uma classe delimitada por uma descrição definida de caráter generalizante mas não categorial;

4. Desde que a busca em (2) ou (3) tenha tido sucesso, o advérbio assume um valor quantificacional, operando sobre os objetos assim obtidos.

Cumprindo esses quatro passos, chegamos a sentenças como:

- (65) João vai geralmente a S.Paulo às quartas-feiras.  
(passo 1)
- (66) João está geralmente com dor de cabeça. (passos 2 e 4)
- (67) O associado é geralmente um antigo comerciário.  
(passos 3 e 4)

## 8. Dois *geralmente* ou um só?

Basta isso como resposta ao problema? Sim, se nosso objetivo for apenas o de traçar os contornos da ambigüidade possível para um certo tipo de sentença; não se tivermos em vista o objetivo, bem mais ambicioso, de explicar por que o advérbio *geralmente* recebe ora uma interpretação temporal ora uma interpretação quantificacional. Para ser coerentes com tudo aquilo que dissemos na primeira parte desta exposição, precisaríamos partir de um único *geralmente*, tentando (pelo menos isso) derivar sua interpretação dos contextos em que se insere.

Não é evidente que isso possa ser feito, mas não custa especular um pouco, e nós o faremos aqui seguindo uma linha de reflexão que começa com os trabalhos de Irene Heim e Hans Kamp, e que foi seguida há alguns anos no trabalho de Chierchia que já um citamos<sup>12</sup>.

Nesse trabalho, Chierchia retorna a um velho problema, que já havia chamado a atenção dos gregos, e que pode ser formulado como segue: o artigo indefinido tem tudo para funcionar como quantificador existencial e, de fato, exerce essa função num grande número de contextos (*Todo estudante gosta mais de uma professora, Há uma língua*

*estrangeira que todos os alunos de lingüística lêem sem dificuldade, Nosso curso de letras tem um professor para cada duzentos alunos, etc.)* Mas há dois contextos – os de narrativa e os condicionais – em que o artigo indefinido assume, inesperadamente, o valor de quantificador universal. Parece que já era assim em grego antigo, e é assim em português moderno. Por isso, a sentença:

(68) Se um passageiro perde a mala, a Varig o indeniza,

velha conhecida de quem estudou semântica num certo manual de capa abóbora, não trata de nenhum passageiro em particular; ao contrário, exprime uma espécie de *lei*, ou melhor, descreve um procedimento que se aplica sempre que uma mala é perdida. Como explicar esse *salto* que faz o *um* valer por *todo mundo*?

É na solução de problemas como esse que Chierchia aposta os trunfos de sua Semântica Dinâmica. Aqui, a velha concepção segundo a qual as sentenças são unidades lingüísticas portadoras de determinadas condições de verdade é reformulada, dando lugar a uma outra concepção, segundo a qual as sentenças têm o papel, dinâmico, de modificar o contexto que é compartilhado pelos participantes da conversação. Essa nova concepção do papel das sentenças é passível de uma representação formal em termos de mundos possíveis, mas o que nos interessa aqui é que ela tem uma base intuitiva forte e imediata. Expliquemonos: sempre que duas pessoas conversam, é de se esperar que haja entre elas um *background* conversacional compartilhado. É a isso que Chierchia chama de contexto. As sentenças atualizam o contexto compartilhado de dois modos: (i) introduzindo nele novos referentes ou indivíduos; (ii) assertando sobre os processos e eventos em que se envolvem os indivíduos nele presentes. Esses dois modos possíveis de atualizar um contexto dependem da forma (e da semântica) das próprias sentenças, o que nos permite atribuir a cada sentença um determinado *potencial de atualização*. Consideremos este exemplo banal: uma conversa de dois desconhecidos que acabam de encontrarse na ante-sala do dentista:

- (A) Uma ratazana entrou em casa ontem.
- (B) Puxa! E o que você fez?
- (A) Usei uma ratoeira.
- (B) E você a pegou?
- (A) Sim, eu já tinha uma ratoeira em casa.
- (B) Não, eu quis dizer se você pegou a ratazana.

Nesse pequeno diálogo, a primeira sentença introduz no fundo conversacional compartilhado um novo referente, a ratazana, recorrendo ao artigo indefinido. Obviamente, a segunda e a terceira sentença tratam desse novo referente (ou do evento *Uma ratazana entrar na casa de A*), embora não o mencionem explicitamente. Nas sentenças 4, 5 e 6 desse diálogo ocorre uma confusão entre os dois referentes recém-introduzidos, o que leva ao pedido de retificação de (B). Aqui, a confusão resulta do fato de que a conversação anterior deu saliência a dois indivíduos que servem como referentes possíveis para o pronome *-a*, a ratazana e a ratoeira. Um problema diferente ocorreria se o fundo conversacional compartilhado não oferecesse nenhum referente para o pronome em questão. É o velho problema da satisfação das pressuposições de enunciado, que havia merecido a atenção de Frege no final do século XIX, e que foi reformulado em termos pragmáticos por Strawson na década de 1950. Nos termos de Chierchia, trata-se de exigir que as pressuposições de qualquer enunciado sejam satisfeitas pelo contexto conversacional compartilhado pelos interlocutores. A idéia de semântica dinâmica sai daí: qualquer enunciado se interpreta a partir de um fundo conversacional compartilhado que foi afetado pela conversação anterior; qualquer enunciado que é pronunciado de maneira relevante afeta (atualiza) o fundo conversacional que os interlocutores compartilham.

A representação da significação em termos de atualização de contextos compartilhados tem conseqüências notáveis, e uma delas diz respeito, precisamente, à interpretação dos condicionais: segundo Chierchia, por exemplo, interpretamos o conseqüente de um condicional no contexto criado pela afirmação de seu antecedente, e isso explicaria por que é possível interpretar um artigo indefinido como um quantificador universal no contexto do condicional. Se retornarmos ao exemplo (11)/(12), repetidos a seguir para maior clareza, ou ao exemplo (68):

(11) O quadrado de um número par é par.

(12) Se um número é par seu quadrado é par.

(68) Se um passageiro perde a mala, a Varig o indeniza.

encontraremos, com efeito, a seguinte dinâmica:

- (i) computamos no contexto dado *c* o trecho *se um número é par* obtendo um novo contexto *c'* no qual está presente como um de seus referentes um número par qualquer;
- (ii) em *c'* computamos *seu quadrado também é par*: o número par selecionado estará presente em *c'* e a computação nos dirá que seu quadrado é par;
- (iii) o caráter universal vem do fato de que processamos primeiro o antecedente, e ao fazê-lo chegamos a mundos em que se dá saliência a um número qualquer que é par. Ao processar o conseqüente, restringimos nosso contexto a mundos em que o quadrado desse mesmo número é par. Como não havia restrições à escolha desse número, a representação do sentido como atualiza-

ção de um contexto opera o “milagre” da passagem à generalidade.

Pela aplicação de um mecanismo análogo, é possível explicar porque o artigo definido assume um sentido genérico: sentenças como

(69) O associado é um antigo funcionário da ferrovia,

podem ter uma interpretação genérica ou referencial: em ambos os casos, exigem tipicamente um contexto compartilhado em que é saliente um associado. No caso da interpretação referencial, tratar-se de um associado específico, previamente identificado; no caso da interpretação genérica, tratar-se-á de um associado qualquer, posto em evidência por um raciocínio de tipo condicional, análogo ao que foi usado para explicar (11), que se deixa facilmente capturar na paráfrase (70):

(70) Se uma pessoa é um associado, ela é um antigo funcionário da ferrovia,

onde *o associado* entrou no lugar de *ela*. Mais uma vez, a representação do sentido da sentença como potencial de atualização de um contexto permite a passagem entre dois sentidos que por outro lado não são idênticos: assim como tínhamos verificado a passagem do valor existencial para o universal de *um*, verificamos agora a passagem do valor individualizante e referencial para o valor genérico de *o*.

É talvez possível, depois de todas essas elucubrações, perceber como poderíamos atribuir a *geralmente* uma significação inicialmente uniforme, mas passível de assumir *valores* diferentes conforme o contexto. Suponhamos que *geralmente* significa *na maioria dos casos*, ou que para toda sentença do tipo “O A é B” o acréscimo de *geralmente* (*tipicamente, normalmente...*) nos autoriza a fazer inferências do tipo:

se este A não é B, então ele não é um bom exemplo do caso geral (não é como a maioria dos As com respeito de B, não é tipicamente um A no que diz respeito a B, não é um A normal com respeito a B, foge à regra geral dos As, que é serem também Bs, etc.)

Isso quer dizer que a sentença:

(71) O adolescente é geralmente briguento.

atualiza o fundo conversacional compartilhado informando-nos que, a partir da informação de que alguém é um adolescente, podemos alimentar a expectativa de que ele será também briguento na maioria dos mundos *próximos* daquele em que (71) foi pronunciado. As complicações com sentenças como (71), que salvo engano têm a mesma estrutura semântica de (1), não provêm do advérbio *geralmente*, mas do fato de que ele pede para ser aplicado a uma pluralidade de indivíduos. Ora, em sentenças cujo sujeito é uma descrição definida, essa pluralidade pode ser obtida de várias maneiras:

- (i) desdobrando um único indivíduo espaço-temporal em seus segmentos: *O soldado que está de sentinela neste momento está geralmente de porre;*
- (ii) criando uma classe a partir de momentos espaço-temporais de indivíduos diferentes: *O soldado que fica de sentinela é geralmente um soldado raso;*
- (iii) tomando como classe os indivíduos que pertencem à extensão da descrição definida sujeito: *O soldado de cavalaria é geralmente um indivíduo de baixa instrução.*

O que pode causar estranheza em tudo isso, então, não é o significado de *geralmente*, mas o fato de que a língua portuguesa trata do mesmo modo classes que do ponto de vista de nossa experiência parecem totalmente disparatadas, compostas, por exemplo, por: (i) Júlio César

quando era pequeno + Júlio César adulto + Júlio César cônsul + Júlio César procônsul, enfim, todos os segmentos temporais de Júlio César; (ii) por todos os momentos em que alguém já esteve ou está com indigestão (ou com gripe, ou simplesmente de mau humor); (iii) pelos soldados de cavalaria, pelos brasileiros, e assim por diante. O artigo definido dá conta de todos esses casos, e a noção de atualização de contexto ajuda a entender como, se é que tudo isso não passa de uma enorme elucubração.

### **9. As metalinguagens que exibem o sentido ou seja: a verdade das representações semânticas**

Ao usar essa palavra terrível, *elucubração*, estamos entrando na última etapa deste percurso, que foi de certo modo determinado pela decisão de traduzir nossos enunciados em uma metalinguagem que represente as relações de sentido. Na prática, essa decisão nos levou, diante de cada dificuldade, a pensar numa metalinguagem mais expressiva do que a língua objeto que queríamos representar. Foi assim que vimos aparecer, ao longo da exposição, operações como a conversão lambda, a postulação de componentes sub-lexicais, e, por fim, a atualização de contextos.

Com certeza, essas operações tornaram a metalinguagem que queremos mais capaz de lidar com as distinções que íamos apontando, mas também a tornaram mais complexa e mais distante da língua natural que tem por tarefa representar. Esse é talvez um problema inevitável, mas não deixa de ser um problema. Todos nós já tivemos a experiência desagradável de consultar o dicionário com a esperança de esclarecer alguma expressão desconhecida e, então, de descobrir que, no dicionário, essa expressão era explicada por meio de outra, ainda mais exótica (tipo *oncologia* = 'estudo dos carcinomas'). No fundo, o problema de uma metalinguagem que se afasta muito da língua natural é o mesmo: sempre acabamos por nos perguntar se, em termos de custo e benefício, a explicação encontrada valeu a pena. Em outras palavras, quando a metalinguagem ultrapassa a língua-objeto em poder expres-

sivo, costuma colocar-se um problema de validação que poderia ser assim formulado: o uso de metalinguagens mais expressivas do que o segmento da linguagem natural a ser descrito, não nos induziria a transportar para a língua objeto categorias que essa língua objeto distingue mal, ou distingue apenas de maneira episódica? Voltando às sentenças sobre a auto-compaixão de Satanás: o recurso à metalinguagem das setas permitiu que associássemos a *(Somente) Satanás tem piedade de si mesmo* dois conjuntos de condições de verdade claramente distintos, e a sentença em questão foi declarada ambígua. Mas como garantir que a distinção assim estabelecida não é mera projeção da metalinguagem utilizada? Como evitar, em outras palavras, o risco de *achar* ambiguidades onde a língua objeto é simplesmente indeterminada?

Respondemos a tudo isso levantando para reflexão os seguintes pontos:

(1) as metalinguagens de que se servem os semanticistas são geralmente elaboradas a partir de nossas intuições sobre a língua objeto, na realidade costumam resultar da aplicação controlada de recursos já presentes na própria língua objeto, e portanto não são nem inteiramente gratuitas, nem inteiramente contrárias à nossa experiência lingüística;

(2) podem-se comparar duas linguagens quaisquer com o objetivo *heurístico* de reconstruir apenas parcialmente uma na outra, evitando enquadramentos forçados. Tomando as representações de uma metalinguagem não-ambígua como parâmetro, pode-se esclarecer certas áreas, e apenas demarcar outras às quais será preciso dedicar mais tempo e atenção;

(3) pode-se, finalmente, cobrar que as aplicações da metalinguagem não se façam nunca *ad hoc*, exigindo que sejam avaliadas sobre o pano de fundo de uma experiência tão ampla quanto possível quer da própria metalinguagem, quer da própria linguagem objeto. Com isso, representações pouco produtivas tenderão naturalmente a exercer um papel marginal ou a ser abandonadas, e a descrição assumirá até certo ponto o caráter de uma organização mais geral de fatos, que justificará mais amplamente as escolhas.

Dito isso, o problema de saber até que ponto a reconstrução teórica nos torna mais clarividentes ou mais cegos não é privilégio da ciência da linguagem. Como lembra David Olson (1994), os inventores da ciência moderna foram fortemente influenciados pela nova maneira de ler que se havia instaurado com a Reforma, uma *maneira de ler* que preconizava a busca de sentidos literais tanto nos textos sagrados, como no mundo, freqüentemente encarado como uma segunda forma de revelação divina<sup>13</sup>; por isso, aqueles autores cultivaram uma preocupação obsessiva em registrar a observação de maneira impessoal, e procuraram representar o mundo tal como ele poderia ser visto por qualquer outra pessoa que assumisse o papel de observador.

A preocupação em não trair a observação pela elaboração pessoal da observação fez com que Galileu formulasse as leis do movimento através de fórmulas geométricas, pois acreditava que Deus, nesse segundo livro da revelação que é a natureza, falou a linguagem pura da matemática. A preocupação em não misturar os registros das observações feitas com as conjecturas através das quais se tentavam explicá-las tornou corriqueiras advertências como esta, do cientista inglês Robert Hooke:

Sempre que (o leitor) achar que me arrisquei a fazer uma ou outra pequena Conjectura sobre as causas das coisas que observei, peço-lhe que as encare apenas como Problemas duvidosos e adivinhações incertas, e não como Conclusões irrefutáveis.

Por sua vez, Sir Francis Bacon invocava a proteção de Deus contra o erro de confundir as criações da nossa imaginação com os padrões do mundo.

Não é difícil perceber que o problema que acabamos de formular para a descrição semântica é o mesmo que foi vivido por aqueles autores dos primórdios da ciência moderna. É certamente razoável acreditar que há um núcleo de sentido a ser explicitado nas expressões lingüísticas. É provavelmente insensato desejar uma metalinguagem única

e segura, que dê ao semanticista o aval divino que Galileu julgava ter encontrado na linguagem da matemática. É talvez razoável pensar em vários fragmentos metalingüísticos que contribuem para representar de maneira correta e útil partes importantes de nossa competência interpretativa, se adotarmos os cuidados acima expostos.

Nessas condições, nossas representações semânticas serão úteis e, na medida do possível, reais.

### Notas

1. Uma versão resumida deste texto foi apresentada num encontro do GT de Sintaxe da ANPOLL realizado na USP em dezembro de 2003.
2. Aristóteles usou a forma verbal *categoristhai*, que traduzimos aqui por ‘aplica-se’, seguindo Plebe (1966).
3. Na formulação de Aristóteles, os dois termos da oração aparecem em posições trocadas, em relação à ordem que encontramos em sentenças construídas com o verbo *ser*. Para Aristóteles (i) a propriedade de ser mortal se aplica a todo humano e (ii) a propriedade de ser humano se aplica a todo grego, do que decorre que (iii) a propriedade de ser mortal se aplica a todo grego. (Ou seja: C aplica-se a todo B e B aplica-se a todo A, logo dC se aplica a todo A). Tanto na representação de Aristóteles, como na que ficou consagrada pela tradição posterior as propriedades expressas pelos termos das orações dispõem-se numa ordem que vai das mais abrangentes às menos abrangentes, e isso fundamenta o “silogismo perfeito”. (ver Plebe, 1966, pp. 53-56).
4. Por ironia do destino, essas informações são precisamente aquelas que hoje nos levam a apontar os verbos de ação como protótipos da classe do verbo.
5. Ver Santos (1981).
6. Esta anedota, junto com outras para cuja análise é relevante a noção semântica de escopo, é estudada em Possenti (1998).
7. A explicação em termos de sujeito e predicado da oração não dá conta, evidentemente, de todos os usos de *somente*, já que não cobre casos como *Benveniste só lecionou no Collège de France*, mas é suficiente para os propósitos desta exposição.

8. Para confirmar a procedência dessas paráfrases, pense-se nas seguintes situações:
- (a) Pedro é o mecânico, e Maria é uma motorista particularmente inábil, que se prepara para sua primeira viagem para o litoral, em estrada de serra. Pedro esteve a ponto de entregar o carro de Maria como se o tivesse revisado, mas descobriu a tempo que o carro estava sem breque, e cancelou a entrega.
- (b) Pedro é o mecânico e Maria é uma motorista particularmente inábil. Às vésperas de sua primeira viagem por uma estrada de serra, Pedro entrega-lhe como revisado um carro sem breque. Por razões outras, Maria cancela a viagem, esconjurando o perigo.
- (c) Pedro é o mecânico e Maria é uma motorista particularmente inábil, que vai aventurar-se pela primeira vez por uma estrada de serra. Às vésperas da viagem, Pedro entrega a Maria o carro sem breque. Maria viaja e cai numa ribanceira. Socorrida a tempo, fica alguns dias entre a vida e a morte, mas sobrevive.
9. É a questão de escolher entre polissemia e homonímia ou entre vagueza e ambigüidade, velha conhecida dos semanticistas.
10. Os diferentes tipos de predicação já foram muitas vezes apontados como um dos fatores que licenciam (ou bloqueiam) certos tipos de interpretação, tornando eventualmente anômalas certas sentenças. Por exemplo, Godoi (1993), recorrendo à distinção entre conhecimento e evidência, e Guimarães (2002) opondo propriedades estruturais e contingenciais mostraram que, em português, a construção progressiva com *ficar só* é possível para um tipo de predicado: *os lobos estão ficando escuros / grandes* mas *\*os lobos estão ficando caninos*.
11. Sobre possíveis restrições aspectuais, calha dizer que a leitura quantificacional do advérbio que nos interessa aqui é mais comum com o aspecto imperfectivo (Os caminhoneiros andam / andavam / andarão (vão andar) geralmente armados); para que ela ocorra em sentenças perfectivas, torna-se necessário explicitar um período de tempo para a atualização do predicado: “Os caminhoneiros andaram geralmente armados” é ruim, mas “Em 2001, os caminhoneiros andaram geralmente armados” já não o é.
12. Agora disponível em português para o leitor brasileiro, graças à iniciativa de três lingüistas desavisados.

13. Essa nova maneira opunha-se ao estilo de leitura medieval, que consistia em buscar, nos textos sagrados como no mundo, toda uma gama de interpretações possíveis (lembre-se o Dante do *Convívio*, que distinguiu para qualquer texto três níveis de leitura: o literal, o moral e o 'anagógico') e que estimulava a amplificação retórica da mensagem lida, como um recurso de edificação religiosa. A nova maneira de ler preconizava uma leitura não amplificada, literal, dos textos e da obra da criação.

### Referências bibliográficas

- Bonomi, A. (1975). *Le vie del riferimento*. Milão: Bompiani.
- Chierchia, G. (2003). *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Donnellan, K. (1971). Reference and definite descriptions In D. Steinberg, e L. A. Jakobovits (Orgs.), *Semantics, and interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: University Press.
- Frege, G. (1892). Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik*. NF 100, pp. 25-50. [ Tradução brasileira de Paulo Alcoforado em Frege, G. (1978). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, pp. 61-86]
- Geach, P. (1951). Subject and predicate. *Journal of Symbolic Logic*, 16 (2):138.
- Godoi, E. (1993), Progressivo: Além do aspecto. *Revista Letras*.
- Guimarães, M. R. (2002). Alguns problemas na interpretação da progressividade no português do Brasil. *Revista Letras*, 50, 185-209.
- Heim, I. (1988) *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Nova Iorque: Garland.
- Ilari, R. (1981) Os reflexivos e a interpretação dos prossintagmas verbais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 2, 56-157.
- Ilari, R. e Gerdaldi, J.W. (1985) *Semântica*. São Paulo: Ática.
- Ilari, R. et al. (2002). Considerações sobre a posição dos advérbios. In A. T. Castilho. *Gramática do português falado, vol.1, A ordem*. (pp.53-120). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, .

- Kamp, H. (1995). Discourse representation theory In J. Verschueren, J. O. Östman e J. Blommaert (Orgs.). *Handbook of pragmatics. Manual.* (pp. 253-257). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Kleiber, G. e Lazaro, H. (1987). Qu'est-ce qu'un syntagme nominal générique ? Ou les carottes qui poussent ici sont plus grosses que les autres. In Kleiber, G. (Org.) *Rencontre(s) avec la généricité.* Metz: Université de Metz.
- Olson, D. (1994). *The world on paper.* Cambridge: Cambridge U.P.
- Plebe, A. (1966). *Introduzione alla logica formale.* Bari: Editora Lateza.
- Possenti, S. (1998). *Os humores da língua.* Campinas: Mercado das Letras.
- Russell, B. On Denoting In L. Marsch, (Org.) *Logic and knowledge.* (pp. 39-56) Londres: Allen & Unwin. Reimpresso em Zabeu, F., E. D. Klemke e A. Jacobson, *Readings in Semantics.* Urbana: University of Illinois Press., 141-158.
- Santos, L. H. L. dos (1981). *Verdade e método: Um ensaio sobre a lógica de Frege.* Tese de Doutorado. São Paulo: USP – Universidade de São Paulo.
- Strawson, P. F. On Referring. *Mind*, XIX n° 235, pp. 320-344. Reimpresso em Rosenberg e Travis, *Readings in the Philosophy of Language*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 171, pp. 175-194.; reimpresso também em Zabeu, F., E. D. Klemke e A. Jacobson, *Readings in Semantics.* Urbana: University of Illinois Press., 159-190.
- Vendler, Z. (1967). *Linguistics in Philosophy.* Ithaca: Cornell U.Press.